

Porque uma nova ordem econômica

FOLHA DE SÃO PAULO

RENATO ILGENFRITZ DA SILVA

29 JUL 1987

ANC 2-A-20

Começa a ganhar corpo no plenário do Congresso Nacional o texto final da nova Constituição brasileira, tendo como pano de fundo uma profunda crise econômica, a pior que o Brasil já enfrentou. Por certo, um dos capítulos que irá gerar enorme polêmica será o destinado à ordem econômica, onde temas como a intervenção do Estado na economia e a reserva de mercado, entre outros assuntos, deverão acirrar os debates entre progressistas e conservadores, onde os últimos, em maior número, colocarão obstáculos a questões que a sociedade, na sua grande maioria, aguarda ansiosamente.

Propostas de cunho social importantes como reforma agrária e urbana, modificações na relação capital-trabalho e tantas outras, serão de difícil aprovação, haja visto que numa rápida análise do perfil atual do Congresso constituinte, demonstrado nos vários estudos elaborados, em particular os do professor David Fleischer, da Universidade de Brasília, verifica-se que 211 congressistas pertencem à classe proprietária. Pior, os conservadores que faziam parte dos quadros da Arena em 1979 e que deram sustentação política ao regime militar estão hoje de volta ao Congresso, compondo uma bancada de 217 parlamentares, escondendo-se sob o manto de outros partidos e até se autodenominando "progressistas", porém continuam fiéis às suas convicções próprias em defesa dos privilégios e interesses pessoais.

Para eles, o caos econômico atual é

perfeito para a elaboração do texto constitucional, pois serve como justificativa para a manutenção, em nome da "ordem", dos mesmos mecanismos autoritários de controle da sociedade e de suas formas de expressão, que dominaram de forma mais constante os atos dos regimes passados. Cria-se a falsa idéia de que a economia brasileira no passado era melhor, mas oportunamente se esquecem de mencionar que grande parte da população tornou-se miserável para que uma minoria rica ficasse ainda mais rica.

Chegou a hora de a sociedade brasileira se perguntar qual é a ordem econômica que ela espera ver no terceiro milênio. Sem sombra de dúvida não é a que está aí, levando o país à beira da recessão, com o esfacelamento do mercado interno e o achatamento dos salários reais, sob a orientação da política econômica ortodoxa do Fundo Monetário Internacional e do sistema financeiro internacional, a exemplo do que ocorreu no México. O atual governo brasileiro, que fez a "opção pelo social", ao implantar o novo choque econômico transferiu para os setores empresarial e financeiro a bagatela de US\$ 25 bilhões. Esse mesmo governo, que, quando o povo volta às ruas, reeditando a magnífica campanha das diretas-já, lança mão de recursos que julgávamos enterrados com a ditadura militar, atingindo um povo que se viu enganado e que seu maior "pecado" é criticar a atual política econômica. A sociedade brasileira, com certeza,

deseja uma economia estável e mais justa.

Um tema que merece uma reflexão mais profunda é o que diz respeito ao desemprego. Nenhuma economia e, portanto, nenhuma sociedade são estáveis quando altas taxas de desemprego e subemprego ficam fazendo parte constante do noticiário nacional. O terreno precisa ser preparado, as estruturas precisam ser montadas para que no futuro o mercado tenha condições de absorver a massa de trabalhadores que incham os grandes centros urbanos. O problema da insuficiente geração de empregos urbanos no Brasil apresenta características estruturais, conforme demonstra estudo em elaboração no Conselho Federal de Economia, onde o subemprego, ou desemprego estrutural, tem representado entre 40% e 48% da População Economicamente Ativa (PEA) urbana em anos recentes. Se definirmos o subemprego como o membro da PEA que trabalha no mínimo quarenta horas semanais e recebe uma remuneração inferior a um salário mínimo mensal, reduz-se o subemprego urbano a parcelas situadas entre 30% e 37% da PEA na década atual, níveis considerados ainda altos, que correspondem a aproximadamente 15 milhões de pessoas.

Começa a surgir como evidência que apenas a manutenção do crescimento econômico do país não tem gerado número suficiente de oportunidades formalizadas no mercado de trabalho urbano, deixando uma considerável massa de trabalhadores em

situação de permanente subocupação à qual, obviamente, associam-se níveis de rendimentos extremamente reduzidos. A maioria dos estudos sobre a economia brasileira que pretende prospectar o futuro deixa manifestar, na questão do emprego, a crença de que a manutenção de elevadas taxas de crescimento da atividade econômica permitirá a ocupação dos novos integrantes da força de trabalho que anualmente chegam ao mercado, e, paralelamente, propiciará a absorção dos atuais bolsões de subempregados. O que raramente se menciona é o nível que tais taxas devam atingir, seguramente sem paralelo na história.

Caberá aos senhores constituintes a tarefa de pavimentar a estrada pela qual passará a sociedade brasileira rumo a uma economia estável e mais justa. Caberá a eles a construção de uma nova ordem econômica que permitirá uma efetiva distribuição da riqueza —entendida como meio de produção— e da renda.

Na nova ordem deverão ser criados mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado que tornem perenes a estabilidade econômica e social. Os constituintes devem atentar ao rápido processo evolutivo por que passa toda a sociedade, para que, quando da votação final do texto constitucional, tenhamos a certeza de não ser novamente necessário começar tudo de novo daqui a cinco anos.

RENATO ILGENFRITZ DA SILVA, 41, empresário e economista, é presidente do Conselho Federal de Economia.